

CAATINGA

CAATINGA

Copyright © 2009 | by INESP
Coordenação Editorial | *Antonio Nóbrega Filho*
| *Maria Tereza Barros*
Projeto Gráfico e Capa | *Carlos Alberto Alexandre Dantas*
Impressão e Acabamento | *Gráfica do INESP*
Autoria do Texto | *Associação Caatinga*
Projeto | *Governo do Estado do Ceará*
Conselho de Políticas e Gestão
do Meio Ambiente – CONPAM
Governo do Estado da Bahia
Fundação Luis Eduardo Magalhães
Minuta do Decreto | *Superintendência Estadual do Meio*
Ambiente – SEMACE
Fundação Cearense de Pesquisa
Revisão | *Vânia Soares*

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres

Fone: 3277.3701 – Fax (0xx85) 3277.3707

CEP 60170-900 – Fortaleza-Ceará-Brasil

al.ce.gov.br/inesp – inesp@al.ce.gov.br

Antonio Nóbrega Filho
|ORGANIZADOR|

CAATINGA



Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento
do Estado do Ceará

Fortaleza – Ceará
2009



SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO, 7
- A Caatinga, 9
 - ☞ BIOMA, 9
- Flora, Fauna e Clima, 13
- Demografia e Sustentabilidade, 17
- As Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, 23
- As RPPN Existentes no Ceará, 31
 - ☞ AS PERSPECTIVAS DA CAATINGA, 31
 - ☞ MITOS DA CAATINGA, 32
- informações adicionais, 35

ANEXOS

- Minuta do decreto estadual, que dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico do bioma caatinga e serras úmidas do ceará, 49
 - ☞ O ZEE DO BIOMA CAATINGA E SERRAS ÚMIDAS DO CEARÁ, 49



■ Apresentação

A atual Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará reconhece como seu dever influenciar e sensibilizar a população em geral no processo de construção da cidadania participativa e consciente. A cartilha, cujo tema é o bioma Caatinga, traz informações úteis e esclarecedoras sobre este patrimônio natural brasileiro.

O bioma Caatinga é único no planeta e exclusivo do Brasil. Localiza-se nos estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais, ocupando uma área de aproximadamente 750 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a seis vezes o território da Inglaterra.

Exerce uma grande importância na sustentabilidade do meio ambiente e, além disso, constitui-se num potencial econômico, que poderá ser utilizado pelas comunidades carentes como forma de inclusão social. Sua fauna e flora apresentam uma alta diversidade e riqueza de recursos genéticos.

Apesar da relevância do bioma ao ecossistema nordestino, algumas de suas espécies encontram-se ameaçadas de extinção. É oportuno e pertinente a elaboração e divulgação desta cartilha, para que o Poder Legislativo, de mãos dadas com a sociedade civil, com

instituições públicas e privadas e organizações não governamentais, empreenda uma cruzada em prol da preservação e manutenção da Caatinga.

Esta cartilha foi organizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP) e os textos são de responsabilidade da Associação Caatinga, Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), Fundação Cearense de Pesquisa e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

Deputado Domingos Filho

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

■ A Caatinga

☒ BIOMA

O Brasil apresenta sete variedades de regiões que trazem ímpar relação entre os fatores bióticos e abióticos. A estes denominam-se biomas, sendo eles: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Amazônia, Pantanal, Campos Sulinos e Costeiros.



Figura 1: Mapa de localização do bioma caatinga.

Segundo pesquisas da Associação Plantas do Nordeste (APNE), o bioma Caatinga apresenta, apesar de suas condições severas, “uma surpreendente diversidade de ambientes, proporcionados por um mosaico de tipos de vegetação, em geral caducifólia, xerófila e, por vezes, espinhosa, variando com o mosaico de solos e da disponibilidade de água. A vegetação considera-

da mais típica de caatinga encontra-se nas depressões sertanejas: uma ao norte e outra ao sul do bioma, separadas por uma série de serras que constituem uma barreira geográfica para diversas espécies. Mas os diferentes tipos de caatinga estendem-se também por regiões mais altas e de relevo variado, e incluem a caatinga arbustiva a arbórea, a mata seca e a mata úmida, o carrasco e as formações abertas com domínio de cactáceas e bromeliáceas, entre outros”.¹

A Caatinga está presente no Nordeste do Brasil (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe.), e no norte de Minas Gerais e se trata de um bioma exclusivamente brasileiro, por isso não é possível encontrar grande parte do seu patrimônio biológico em outra parte do planeta. Predomina na região semi-árida e sub-tropical do país, ocupando aproximadamente 10% do território nacional, e cerca de 750.000 Km², uma área equivalente a seis vezes o tamanho do território da Inglaterra. A palavra caatinga é de origem *Tupi-guarani*² e significa mata branca ou clara, fazendo referência ao fato de apresentar, na estação seca, árvores com caules esbranquiça-

¹ Velloso, Agnes L. et al. (2002). Ecorregiões. Propostas para o Bioma Caatinga. Recife. Associação Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil.

² Língua Indígena

dos que, na ausência de folhas, dão o tom claro àque-la vegetação. Este bioma predominante do semiárido brasileiro é formado por diversas composições florísticas, adaptadas a climas semiáridos, sobre diferentes tipos de solo, geralmente pobres em matéria orgânica, com baixa capacidade de acumulação de água, embora sejam ricos em sais minerais solúveis, especialmente em cálcio e potássio.

De forma geral, pode-se caracterizar a caatinga como um tipo singular de vegetação xerófila tropical. A vegetação é predominada por arbustos, variedades de cactáceas e bromeliáceas. Estima-se que existe uma variedade de entre 2000 e 3000 plantas, além de 17 espécies de anfíbios, 44 de répteis, 695 aves e 120 mamíferos.³ Uma boa percentagem desta diversidade é endêmica, portanto, é encontrada somente no bioma. Como a Caatinga ainda é relativamente pouca estudada e documentada, os números sobre essa diversidade divergem, mas sobre o ponto principal há consenso: a biodiversidade da Caatinga é bastante rica.

³ O banco de dados do Centro Nordestino de Informações sobre Plantas –CNIP da Universidade Federal do Pernambuco UFPE lista 2096 gêneros.



■ Flora, Fauna e Clima

A flora apresenta alta resistência à seca, em virtude de possuir diferentes mecanismos anatômico-fisiológicos que minimizam os efeitos da falta de chuvas por ocasião das secas estacionais e periódicas.



Figura 2: Vegetação típica do bioma caatinga.

É uma vegetação tortuosa, espinhenta, de folhas pequenas e caducas, constituída por arbustos e árvores de pequeno porte sobre um extrato herbáceo. Ao contrário do que muitos pensam, a vegetação da caatinga é muito diversificada, por incluir vários outros ambientes associados a ela. Estima-se que pelo menos 40% das espécies de flora encontradas, sejam endêmicas da caatinga. A fisionomia da caatinga aparece em variações combinadas com predominância arbórea, arbustiva ou mista, podendo ser densa ou aberta dependendo principalmente do local de ocorrência, da composição do solo e do regime de chuvas.

A fauna da caatinga, quando comparada à de outros ambientes como a Floresta Amazônica e mes-

mo o Cerrado, possui um número menor de espécies. Isto se deve às características de clima, que excluem espécies animais incapazes de resistir às secas e à própria estrutura do ambiente, que apresenta uma complexidade menor que, por exemplo, uma floresta tropical. Apesar de relativamente pobre em espécies, a caatinga abriga um número considerável de endemismos e uma avifauna rica e diversa contando com 348 espécies registradas.

É possível encontrar um alto grau de endemismo vegetal e animal, no qual estão inseridas diversas espécies ameaçadas de extinção, pois, segundo estima o Ministério do Meio Ambiente, pelo menos 40% das espécies de flora encontradas são endêmicas da caatinga. Os processos de degradação e desertificação da região representam as maiores ameaças à conservação da sua biodiversidade. Ao mesmo tempo em que é um bioma frágil, apresenta-se entre os biomas mais desprotegidos sendo caracterizado pelo baixo número de áreas protegidas, públicas e privadas.

O clima constitui a característica mais importante do semiárido brasileiro, principalmente devido à ocorrência das secas estacionais e periódicas. O regime pluviométrico do semiárido delimita duas estações bem distintas: uma curta estação chuvosa, de 3 a 5 meses de duração, que ocorre nos meses de janeiro a maio,

e uma longa estação seca, de 7 a 9 meses, que ocorre nos meses de junho a dezembro. As chuvas são imprevisíveis, torrenciais e irregulares, no tempo e no espaço. A precipitação média da caatinga está em torno de 500mm. A temperatura média anual varia de 22°C a 32°C e é mais ou menos constante em toda região. O semiárido do Nordeste brasileiro é uma das regiões secas mais quentes do planeta. A amplitude térmica diária é relativamente baixa, situando-se ao redor de 10°C. A umidade relativa do ar é pequena, estando a média anual próxima de 50%. A luminosidade na caatinga é muito elevada, ficando ao redor de 2.800 horas de luz solar por ano (SEMACE, 1997)



■ Demografia e Sustentabilidade

A Caatinga é o semiárido mais populoso do mundo com uma população estimada



em 28 milhões. Consequentemente, o bioma sofre os impactos da pressão antrópica. Como metade da população vive em condições de pobreza,⁴ a pressão é ainda mais intensa, já que boa parte da população depende do uso dos recursos naturais para sua sobrevivência. Entre as principais ameaças ao bioma são citadas: (i) a conversão em pastagens para pecuária extensiva; (ii) a criação de assentamentos no âmbito da reforma agrária; (iii) o uso de lenha e carvão para as indústrias de cerâmicas, caieiras, de óleos.

⁴ Rocha, S.M. Pobreza no Nordeste: a Década de 1990 vista de perto. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza v. 34, n.1 jan-mar 2003. Citado em Conselho Nacional da Reserva Da Biosfera da Caatinga (2004). Cenários para o Bioma Caatinga, Recife. p. 52.

Atualmente, existem no bioma poucas unidades de conservação.⁵ Entre 1 e 3% da Caatinga está sendo preservado em unidades de conservação e disso somente um quarto consiste de unidades de conservação de proteção integral.⁶ Entretanto, a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade da Caatinga é importante não só por causa do valor intrínseco da biodiversidade do bioma. Num bioma semiárido, a vegetação exerce um papel fundamental na manutenção do balanço hidrológico e na preservação dos recursos hídricos existentes. A relevância desta função é enfatizada em estudos sobre o processo de degradação na região. Os estudos disponíveis mostram que quase um quinto do semiárido está degradado e sendo afetado pelo processo de desertificação.^{7,8}

⁵ O Ibama lista 16 unidades de conservação federais com uma superfície de 3.914.434 ha. Em termos de superfície, 70% das unidades de conservação é composto por Áreas de Preservação Ambiental (APA). Considerando uma superfície total de 955 mil km², as Unidades de Conservação ocupam um pouco mais de 4% do bioma.

⁶ Dados sobre a percentagem da extensão da Caatinga conservada ou preservada diferem. Alguns estudos dizem que é por volta de 1%, outros dizem que é por volta de 3%. A percentagem depende entre outras da extensão da Caatinga usada pelo autor e/ou da interpretação de conservação ou preservação usada.

⁷ Ministério do Meio Ambiente, (2004). Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

⁸ Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul. Acessado no dia 9 de abril no <http://www.iicadesertification.org.br>

A preservação dos recursos naturais do bioma também é fundamental para garantir a seus habitantes, particularmente os mais pobres, meios de vida sustentáveis. Em outros biomas essa relação entre o meio físico e o meio socioeconômico já foi documentada e aceita há mais tempo. Na Caatinga, provavelmente, por causa das condições severas, agravadas periodicamente por secas prolongadas, essa relação passou despercebida. Mais recente foi demonstrado, entre outros com base em estudos da Associação Plantas do Nordeste (APNE), sobre, por exemplo, plantas medicinais, gramíneas, leguminosas e plantas forrageiras, espécies da flora nordestina de importância econômica potencial quanto a população depende da biodiversidade para a sua subsistência. Neste contexto, é interessante notar que a relação entre o meio físico e os habitantes, o Sertão e o sertanejo, tem até uma conotação cultural muito mais forte do que, por exemplo, na Mata Atlântica ou outras regiões do país.

A percepção que a biodiversidade, por mais pobre que ela pareça, é importante para garantir a sobrevivência de parte da população também tem se traduzido numa mudança nas estratégias de desenvolvimento para a região. No passado, as estratégias de desenvolvimento para a região focaram na transformação do ambiente, entre outros por meio de irrigação. Essa abordagem ainda existe, por exemplo, a iniciativa

da transposição do rio São Francisco. Porém, hoje ela é acompanhada por iniciativas que tentam promover o desenvolvimento da região com base no uso mais sustentável dos recursos existentes no bioma. Exemplos disso são os projetos governamentais apoiados pelo GEF, mas também o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste⁹ em preparação e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.¹⁰ Ambos os Planos fazem um detalhado diagnóstico dos problemas e desafios da região e propõe uma estratégia de atuação que tem como umas das principais vertentes, a gestão ambiental.

Há várias iniciativas governamentais para promover a conservação e o uso sustentável do bioma. Uma iniciativa que fundamenta os projetos de conservação da Caatinga é a identificação do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Biológica Brasileira (PROBIO) das áreas prioritárias para conservação e preservação. Esta iniciativa preparou, em 2001, uma primeira proposta de áreas prioritárias para conservação e preservação que foi amplamente discutida. Com base nessa discussão

⁹ Ministério da Integração Nacional et al. (2006). Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste. Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Versão para Discussão. Recife.

¹⁰ Ministério da Integração Nacional et al. (2005). Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-PDSA. Versão preliminar para discussão. Brasília.

preparou-se uma segunda versão em 2006, com atualização das áreas prioritárias.

O projeto “Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga” apoiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) usou os resultados do processo do PROBIO para identificar 8 áreas prioritárias nas quais o projeto pretende “proporcionar aos habitantes rurais opções viáveis de manejo integrado de recursos renováveis”. Ademais, o projeto está testando o manejo integrado de recursos madeireiros e não-madeireiros e técnicas e práticas para aumentar a eficiência na transformação de madeira pelos setores industriais de produção de carvão, cerâmica e gesso. O projeto também prevê a criação de três corredores ecológicos como estratégia para conservação e proteção da biodiversidade e de serviços ecológicos ao nível da paisagem.

Outros projetos apoiados pelo GEF incluem o Projeto chamado “GEF-Dom Helder”, “visa contribuir para a melhoria do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida das populações afetadas pelo processo de degradação de terras no semiárido, por meio de uma abordagem inter-setorial nas atividades públicas de apoio à produção sustentável e à redução da pobreza”. Isso inclui apoio à conservação da paisagem na ba-

cia hidrográfica do Rio Poti, um dos principais afluentes do Rio Parnaíba.

Uma iniciativa recente e importante é o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Este programa tem como meta principal a recuperação e a conservação da bacia do Rio São Francisco que percorre o bioma Caatinga. O programa é dividido em quatro objetivos específicos: (i) implantar uma política de desenvolvimento sustentável; (ii) implantar um processo de planejamento e gestão ambiental, integrado e participativo; (iii) efetivar políticas públicas socioambientais articuladas com as instâncias colegiadas; e (iv) melhorar a qualidade de vida da população considerando todos os seus aspectos e potencialidades. Para alcançar esses objetivos específicos, o projeto identificou cinco linhas de ação: (i) Gestão e Monitoramento ambiental; (ii) Fortalecimento Institucional e Socioambiental; (iii) Proteção e Manejo dos Recursos Naturais; (iv) Qualidade e Saneamento Ambiental; e (v) Economia Sustentável. Outro programa semelhante, mas ainda em preparação é o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP). Este Plano envolve os Estados do Piauí, do Maranhão e do Ceará e pretende apoiar, entre outras atividades, o desenvolvimento sustentável e a conservação da diversidade biológica na bacia.

■ As Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN

Segundo a Confederação Nacional de RPPNs, existem, atualmente, 34 reservas particulares no bioma Caatinga. Juntos, essas reservas protegem algo em



Figura 3: Vegetação típica do bioma caatinga.

torno de 110.000¹¹ hectares da Caatinga. A criação dessas reservas particulares na região reflete a referida preocupação crescente com o uso sustentável dos recursos da Caatinga. Aparentemente, o processo também está relacionado ao abandono da agricultura tradicional, pois os proprietários parecem optar pela conversão das suas terras improdutivas em reservas particulares.

O aumento no número de reservas na Caatinga espelha a tendência nacional. O IBAMA lista 426 Reser-

¹¹ Ver tabela no anexo 5.

vas Particulares Federais no Brasil com uma extensão total de 440.000 hectares. Rocha Costa afirma a existência de 706 reservas particulares cobrindo um total de 567 mil hectares.

O conceito de Reservas Particulares do Patrimônio Natural tem raízes no Código Florestal de 1934, que menciona a possibilidade de áreas particulares protegidas¹² mas surgiu, concretamente, com o Decreto 98.915 de 31 de janeiro de 1990. Com a aprovação da Lei 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as reservas particulares ganham status de unidades de conservação. A referida Lei descreve a RPPN como “uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (Art 21). Estabelece também que é permitido na RPPN, somente pesquisa científica e a “visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais”. O Decreto 5746, de 5 de abril de 2006, regulamenta a criação de RPPNs no âmbito federal. Na região, os Estados de Bahia, Minas Gerais e Pernambuco já possuem legislação própria reconhecendo reservas em terras particulares.

Em termos absolutos, a importância das reservas particulares no esforço coletivo de conservação e pre-

¹² MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo (2004). RPPN da Mata Atlântica. Um olhar sobre as Reservas Particulares dos Corredores de Biodiversidade Central e da Serra do Mar. Conservação Internacional. Belo Horizonte.

servação ainda é tímida. Entretanto, em termos relativos, as RPPNs representam mais que um quinto de toda a superfície de áreas de preservação no bioma Pantanal e 8% no caso da Caatinga.¹³ Dependendo do bioma, as RPPNs exercem, portanto, uma função bastante importante no atual sistema de unidades de conservação e na proteção da biodiversidade nacional. Uma função igualmente importante das RPPNs é seu papel no aumento da conectividade da paisagem natural. “Estudos recentes indicam que, enquanto os grandes fragmentos são essenciais para a manutenção da biodiversidade e de processos ecológicos em larga escala, os pequenos remanescentes, como as RPPNs, cumprem diversas funções extremamente relevantes ao longo da paisagem”.¹⁴ Especificamente, na Caatinga, as reservas particulares exercem também uma função essencial na proteção de nascentes e mananciais de abastecimento.

Na prática, como a maioria das RPPNs conta com a presença, no mínimo, do proprietário ou de um representante, não é surpreendente que o nível de degradação e agressão nas RPPNs parece ser menor do que em muitas UCs públicas. As RPPNs são normalmente respeitadas como áreas particulares, enquanto as UCs públicas

¹³ CASTRO, Rodrigo & Borges, Maria Eugênia (orgs.) (2004). RPPN. Conservação em Terras Privadas Desafios para a Sustentabilidade. CNRPPN. Planaltina do Paraná, p. 17.

¹⁴ Ibidem

são muitas vezes vivenciadas como “terra de ninguém”. Em outras palavras, reservas particulares parecem dar maior garantia para proteção dos recursos naturais do que grande parte das outras unidades de conservação.

O valor estratégico independe do tamanho da unidade.¹⁵ Uma publicação do Conselho da Reserva da Biosfera sobre as RPPNs da Mata Atlântica¹⁶ mostra exemplos da contribuição das RPPNs à pesquisa científica e à conservação da biodiversidade. Alguns dos exemplos são: a RPPN Frei Caneca, em Pernambuco, que protege três espécies de aves; a RPPN Serra do Teimoso, na Bahia, que protege populações de macaco-prego-do-peito-amarelo; a RPPN Ecoparque de Uma, também na Bahia, que protege populações de mico-leão-da-cara-dourada; a RPPN Feliciano Abdalla, em Minas Gerais, que protege a maior população conhecida de muriqui do norte; e um conjunto de RPPNs no Rio de Janeiro, que garante a população mínima viável do mico-leão dourado.

A experiência do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica mostra também que ao nível local, as RPPNs exercem, muitas vezes, uma função

¹⁵ Costa, Claudia Maria Rocha. RPPN Mata Atlântica. Potencial para a Implantação de Políticas de Incentivos às RPPNs

¹⁶ Mesquita, Carlos Alberto Bernardo & Vieira, Maria Cristina Weyland (2004). RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, p. 46. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo.

difusora, instigando um processo de conscientização e educação ambiental da sociedade. Não é incomum que a criação de uma RPPN, tenha como consequência, a criação de um mosaico de RPPNs criando até novas oportunidades econômicas, por exemplo, no setor de turismo.

Essa função difusora não depende necessariamente da criação de um mosaico de reservas particulares. Reservas particulares podem também funcionar como núcleo de uma área maior consistindo, além da reserva, de um mosaico de reservas legais (RL) e áreas de preservação permanente (APP). A TNC do Brasil tem experiência interessante no Estado de Mato Grosso em organizar proprietários e criar áreas de conservação e proteção contínuas a partir da averbação de reservas legais e proteção de áreas de preservação permanente. Mesmo com reserva legal bem menor do que na Amazônia (20% na Caatinga, comparado com 80% na Amazônia) espera-se que na Caatinga a averbação da RL e a proteção da APP em volta de reservas também possam criar áreas contínuas bem maiores.

Atualmente existem alguns incentivos à criação de RPPNs. O mais importante é a isenção do ITR para os proprietários de reservas particulares. Outro incentivo é o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) para a implementação e a gestão de RPPNs.

Porém, esse apoio não é acessível para os proprietários com status de pessoa física; somente para proprietários com status de pessoa jurídica. A região de Mata Atlântica conta também com apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Este apoio, “PDA Mata Atlântica”, financia entre outros a criação e a ações de gestão de RPPNs.

Em alguns estados existem incentivos adicionais. Os casos provavelmente mais interessantes, neste contexto, são o Estado de Paraná e de Tocantins. O estado de Paraná aprovou legislação específica¹⁷ com respeito às reservas particulares, enquanto legislação similar está sendo preparada em Tocantins. Por meio desta legislação, o Estado de Paraná criou um Programa Estadual de Apoio às RPPNs, visando fortalecer a organização associativa dos proprietários e capacitar os proprietários de RPPNs; intermediar junto aos demais setores governamentais federais, estaduais e municipais a isenção de impostos, em especial ITR e IPTU, para as áreas de RPPN, bem como a redução de impostos para o restante do imóvel onde se situar a UC e a captação de recursos, em especial, junto ao FEMA e ao FNMA; intermediar na concessão de créditos em instituições financeiras públicas e privadas e em programas e pro-

¹⁷ Decreto 4.890 de 31 de 05 de 2005.

jetos governamentais federais, estaduais e municipais; promover a destinação de compensações ambientais para as RPPNs; priorizar a fiscalização das RPPNs.

A mesma legislação permite também que recursos provenientes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS), destinados a municípios com unidades de conservação dentro do seu território, o chamado “ICMS-ecológico”, sejam destinados a “ações concretas de apoio, consolidação e proteção das RPPN. A legislação estipula que isso pode ser concretizado firmando Termos de Compromisso com caráter de títulos executivos extra-judiciais” (Decreto Estadual 4.890 de 31 de 05 de 2005, Paraná, Artigo 10, inciso II).

O referido decreto do estado do Paraná também permite ou até promove que materiais, equipamentos e instrumentos apreendidos pela fiscalização ambiental sejam alocados à implementação das RPPN (Artigo 14, inciso VII). O Decreto do Estado de Tocantins em preparação estabelece, além dos incentivos, também mecanismos de compensação e remuneração. Os órgãos (ou empresas, públicas ou privadas) responsáveis pelo abastecimento de água e pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiários da proteção oferecida por uma RPPN devem contribuir financeiramente para a sua proteção e implementação (Artigo 12 & 13). A legislação proposta no Estado de Tocantins também abre

a possibilidade de cessar o excedente de reserva legal, se houver, da reserva particular para outro imóvel que necessite complementar sua reserva legal. Este princípio de “servidão florestal” pode incluir recompensas financeiras.

Outro possível incentivo, não mencionado nos referidos Decretos e ainda pouco explorado é a destinação de recursos provenientes de multas ambientais para a criação e implementação de UCs em geral e das RPPNs em particular.

Esses decretos demonstram que ainda existe um leque bastante grande de possibilidades de incentivos a serem exploradas e articuladas com os órgãos estaduais na região de Caatinga. Esse exemplo também mostra que articulação com os Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (OEMAs) é um aspecto fundamental para a criação de incentivos, sejam eles de caráter econômico ou de caráter organizacional, institucional ou político.

■ As RPPN Existentes no Ceará

Reserva	Município	UF	Área	Portaria
RPPN Arajara Park	Barbalha	CE	27,81	24/99-N
Fazenda Olho D'água do Urucu	Parambu	CE	2.610,00	719/91
RPPN Rio Bonito	Quixeramobim	CE	441,00	174/01
RPPN Fazenda Não Me Deixes	Quixadá	CE	300,00	148/98-N
RPPN Ambientalista Francy Nunes	General Sampaio	CE	200,00	54/00
Reserva Natural Serra das Almas	Crateús	CE	6.146,00	51/00

☞ AS PERSPECTIVAS DA CAATINGA

Recentemente tem havido uma maior atenção de diversos setores governamentais e não governamentais para



a grave situação em que se encontra o bioma caatinga, sendo o mais negligenciado dos biomas brasileiros nos mais diversos aspectos. Um breve balanço sobre o nível de conservação da caatinga em áreas protegidas deverá contribuir para estimular a discussão sobre o papel do Poder Público, da comunidade internacional e do setor privado para a sobrevivência deste bioma.

☞ MITOS DA CAATINGA

Alguns mitos foram criados em torno da biodiversidade da caatinga e quatro deles são comumente mencionados: o primeiro diz que a caatinga é homogênea; o segundo diz que sua biota é pobre em espécies e em endemismos; o terceiro conta que esta está ainda pouco alterada pelas ações antrópicas; e o quarto diz que a caatinga representa um bioma marginal. Sabemos, entretanto, que estes mitos se encontram superados, pois a Caatinga é bastante heterogênea, onde encontramos centenas de diferentes tipos de paisagens únicas, detectamos sua importante biodiversidade, sendo entre os biomas semiáridos que apresentam as mesmas características climáticas e geográficas, o de maior biodiversidade, de endemismo reconhecido, está entre os biomas brasileiros mais degradados pelo homem e se trata de bioma exclusivamente brasileiro. A Caatinga conta com um baixo nível de conservação, caracterizado pelo baixo número de áreas e superfície protegidas existentes no bioma. O baixo investimento relativo, dirigido à conservação do bioma confirma e agrava este quadro de baixa conservação.

O ano de 2004 foi de grande importância para a caatinga e seus estudiosos, pois houve a reversão do quadro em relação ao grande estigma que sofre este

bioma. Os setores governamentais e não governamentais despertaram para a relevância do tema e, neste ano, pela primeira vez, tem seu dia comemorado em 28 de abril. Além disso, foi crescente o desenvolvimento de pesquisas resultando em um maior número de publicações e divulgação sobre a caatinga.



■ Informações Adicionais

Algumas iniciativas vêm sendo adotadas, no sentido de preservar o Bioma Caatinga, por tratar-se de um patrimônio natural do Brasil.

Dentre estas, apresentam-se o Projeto “Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga, nos estados do Ceará e Bahia”; a Minuta do Decreto Estadual, elaborado pela Fundação Cearense de Pesquisa e Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma caatinga e Serras Úmidas do Ceará; Decreto Federal, que instituiu o Dia Nacional da Caatinga e a Lei Estadual nº. 13.965, de 04 de abril de 2007, que definiu o dia 28 de abril, como Dia da Caatinga no Ceará. (Anexos).

O Projeto foi uma elaboração conjunta dos governos do Ceará, por meio do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, e do Governo da Bahia, através da Fundação Luis Eduardo Magalhães – FLEM. Encontra-se em fase de implementação e conta com recursos oriundos do Banco Mundial, na ordem de 23 milhões de reais.

A minuta do Decreto de Zoneamento encontra-se em processo de discussão com as entidades fede-

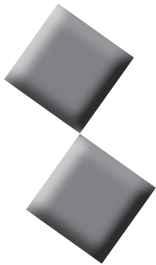
rais, estaduais e municipais, vinculadas ao tema e deverá ser apreciado em audiência pública, no mês de maio de 2008.

O Decreto Federal, de 20 de agosto de 2003, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, declarou o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Caatinga.

A Lei Estadual nº. 13.965 instituiu o Dia Estadual da Caatinga no Estado do Ceará, no dia 28 de abril.



Anexos







GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente



GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS



GLOBAL
ENVIRONMENT
FACILITY



THE WORLD BANK

**“Projeto de Conservação e Gestão
Sustentável do Bioma Caatinga nos Estados
do Ceará e Bahia” – MATA BRANCA
Global Enviromental Facility - GEF
International Bank for Reconstruction and
Development – BIRD
GEF-TF090274**

Bioma Caatinga



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS



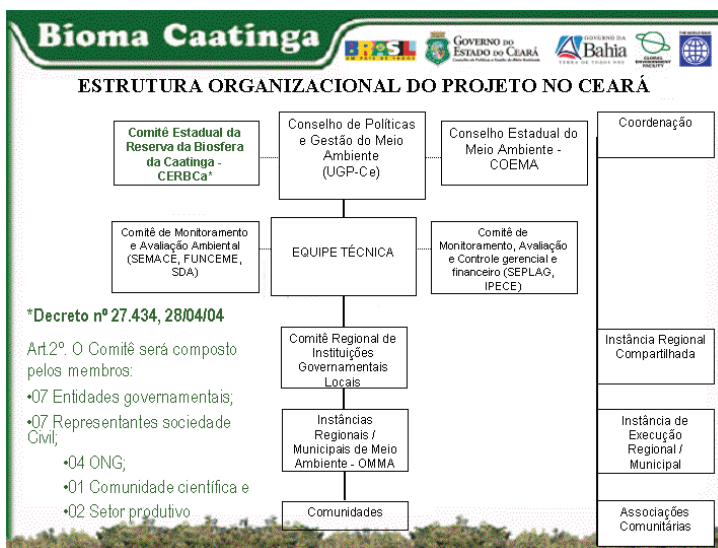
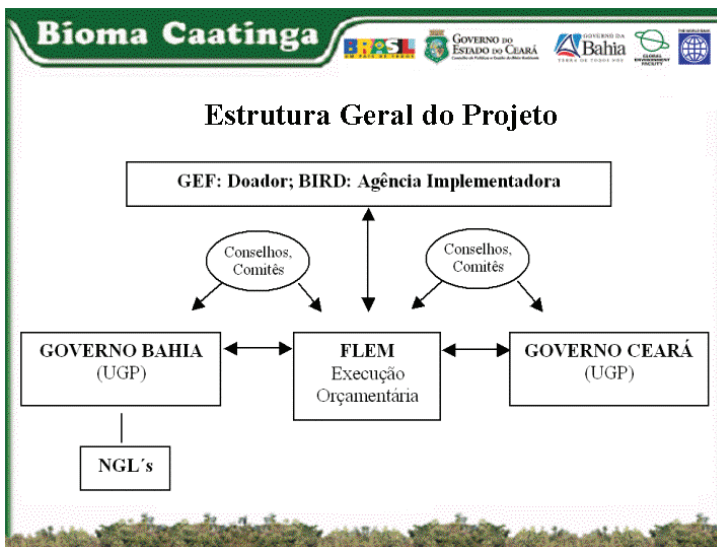
GLOBAL
ENVIRONMENT
FACILITY

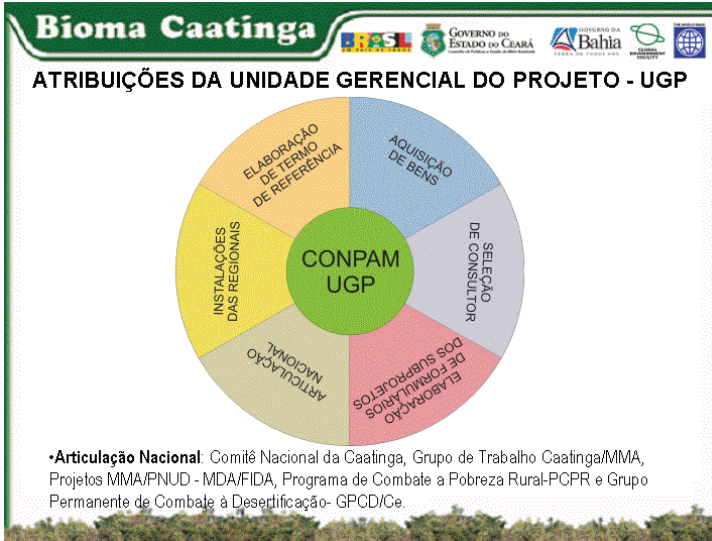


THE WORLD BANK

Objetivo do Projeto

Contribuir para a preservação, conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga nos estados da Bahia e Ceará.



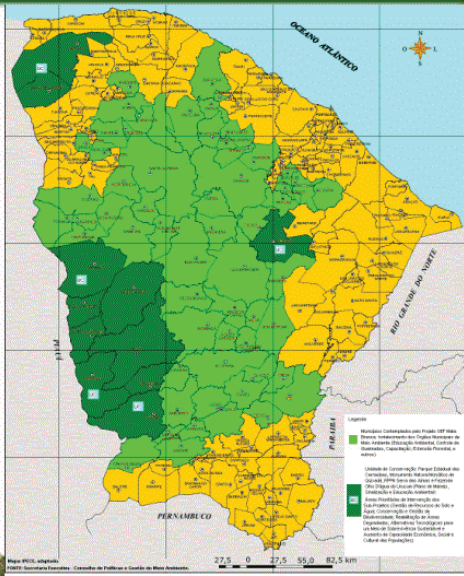


Área de Atuação do Projeto Mata Branca - Ceará

Municípios contemplados pelo Projeto GEF Mata Branca: fortalecimento do Sistema Municipal de Meio Ambiente

Fortalecimento de Unidade de Conservação: Parque Estadual das Carnaúbas, Estação Ecológica de Aiuaíba, Monumento Natural Monólitos do Quixadá, RPPN Serra das Almas e Fazendo Olho D'água do Urucum

Áreas Prioritárias de Intervenção dos Sub-Projetos (Gestão de Solo e Água, Conservação e Gestão da Biodiversidade; Reabilitação de Áreas Degradadas; Alternativas Tecnológicas para um Meio de Sobrevivência Sustentável e Aumento da Capacidade Econômica, Social e Cultural das Populações)



Bioma Caatinga



Componente 1:

Apoio Institucional e Político para Gestão Integrada do Ecossistema

Componente 2:

Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema

Componente 3:

Monitoramento & Avaliação (M&A), Disseminação e Gestão do Projeto

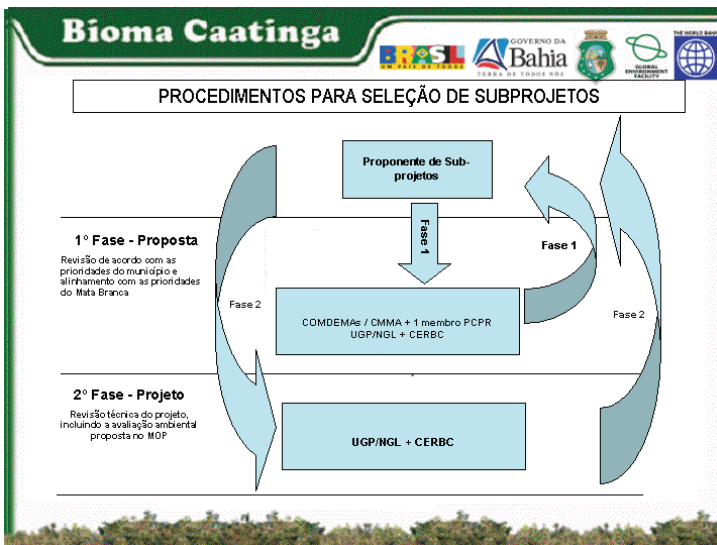
Bioma Caatinga

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO DA Bahia
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CICLO AMBIENTAL DO PROJETO (CAP)

Etapas do Ciclo Ambiental do Projeto

- 1) Resumo de algumas políticas de salvaguarda do Banco Mundial: **Avaliação Ambiental, Habitats Naturais, Reassentamento Involuntário e Povos Indígenas.**
- 2) Documentos de Referência: **Project Appraisal Document - PAD, Manual Operacional do Projeto - MOP e Plano Operativo Anual - POA**
- 3) Tipos de subprojetos: **Componente 2**
- 4) Roteiro para estabelecer a elegibilidade de pequenos subprojetos produtivos no Marco do projeto: **Entidade com CNPJ (Associações, Fundações e Instituições)**
- 5) Formulário de Revisão Ambiental
- 6) Impactos ambientais mais comuns em diferentes tipos de subprojetos Produtivos



NÍVEL DE RISCO AMBIENTAL

O Banco Mundial adota uma classificação de Nível de Risco Ambiental - NRA para diferentes tipos de subprojetos, a saber:

- NRA I – projetos que não causam impactos negativos e geram benefícios ambientais;
- NRA II – projetos que normalmente têm um mínimo ou nenhum impacto negativo sobre o meio ambiente;
- NRA III – projetos com moderado impacto ambiental nos quais as repercussões adversas são próprias do local, controláveis e poucas são irreversíveis;
- NRA IV – projetos com alto impacto ambiental que poderá ser irreversível ou afetar uma área que extrapole o local da implantação.

TIPOLOGIA DE PROJETOS

Elementos básicos:

- Gestão de Recursos de Solo e Água
- Conservação e Gestão da Biodiversidade
- Reabilitação de Áreas Degradadas
- Alternativas Tecnológicas para um meio de sobrevivência sustentável
- Aumento da capacidade econômica social e cultural da população

TIPOS DE PROJETOS EM ANDAMENTO:

- PREVINA
- Selo Município Verde
- Planta Ceará
- Projeto São José
- PNC - Programa Nacional de Gestores
- Formação de Formadores
- Projeto Dom Helder Câmara - GEF Caatinga
- Projetos Municipais
- Experiências no Terceiro Setor

INDICADORES DE DESEMPENHO	
Indicadores de Desempenho	Final do Projeto
1. Número de políticas públicas de combate à degradação dos recursos naturais (estaduais ou municipais) nas quais considerações sobre gestão integrada de ecossistemas e biodiversidade tenham sido incluídas e priorizadas.	6
2. Número de Unidades de Conservação consolidadas (150.184 hectares) em áreas priorizadas pelo PROBIO em comparação com a linha de base, conforme modelo de Ferramenta de Monitoramento da Biodiversidade do GEF - Prioridade Estratégica 1 (SPI).	6
3. Número de Unidades de Conservação novas (60.000 hectares) em áreas priorizadas pelo PROBIO na Bahia de acordo com o SNUC.	2
4. Número de RPPNs novas em áreas priorizadas pelo PROBIO no Ceará de acordo com o SNUC.	2
5. Porcentagem de cobertura vegetal de terras degradadas reabilitadas na área do Projeto em comparação com a linha de base.	20%
6. Porcentagem de contribuição do Projeto para melhoria da renda das comunidades envolvidas com os subprojetos demonstrativos comparada à das atividades produtivas similares da área rural.	15%

Bioma Caatinga	
	
ELEMENTOS INTEGRANTES DO POA GEF 2008	
Componente 1 Apoio Institucional e Político para Gestão Integrada do Ecossistema	
Recursos Previstos: US\$ 383.789,28 (GEF) - R\$ 846.491,01 (contrapartida CE)	
Sub-componente 1.1 Estrutura Participativa Legal e Política para Apoio Institucional à Gestão Integrada do Ecossistema	
Atividade: Avaliação Ambiental Estratégica	
•Sub-atividade: Contratação de moderador para realização de oficinas	
•Quantidade e Unidade de Medida: 06 Oficinas	
•Cronograma Físico - Trimestral: 1º e 2º Trimestre de 2008	
•Órgão Responsável: UGP Ceará	
•Entidade Implementadora: CONPAM	
•Valor Estimado	
<ul style="list-style-type: none"> •GEF (US\$): 30.000,00 •Estado (US\$): 43.000,00 •Comunidade (US\$): 	

Bioma Caatinga



Componente 2 Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema

Recursos Previstos: US\$ 432.000,00 (GEF) - R\$ 530.932,45 (contrapartida CE)

Atividade: Gestão de Recursos de Solo e água

Sub-atividade: Implantar duas unidades demonstrativas (7ha) com práticas conservacionistas

• **Quantidade e Unidade de Medida:** Contratação de Consultoria. Adotar tecnologias de manejo e conservação do solo e água. Recuperar áreas degradadas. Realizar reflorestamento.

• **Cronograma Físico - Trimestral:** 2º, 3º e 4º Trimestre de 2008

• **Órgão Responsável:** UGP Ceará

• **Entidade Implementadora:** ONG, Fundações, Associações

• **Valor Estimado**

• GEF (US\$): 100.000,00

• Estado (US\$): 78.510,64

• Comunidade (US\$):

Bioma Caatinga



Componente 3 Monitoramento & Avaliação, Disseminação e Gestão do Projeto

Recursos Previstos: US\$ 328.455,00 (GEF) - R\$ 288.593,38 (contrapartida CE)

Sub-componente 3.1 Monitoramento e Avaliação do Projeto

Atividade: Definir e implementar sistema de acompanhamento e controle de Linha de Base do Projeto

• **Sub-atividade:** Definir e implementar sistema de M&A para o CE

• **Quantidade e Unidade de Medida:** Consultoria para formatar o sistema

• **Cronograma Físico - Trimestral:** 2º, 3º e 4º Trimestre de 2008

• **Órgão Responsável:** UGP Ceará

• **Entidade Implementadora:** CONPAM/FUNCEME

• **Valor Estimado**

• GEF (US\$): 10.5000,00

• Estado (US\$): 3.191,49 / Comunidade (US\$):

• **ORÇAMENTO GERAL 2008:**

• US\$ 1.144.244,28 (GEF)

• R\$ 1.666.016,84 (CE)

Bioma Caatinga



Coordenação Gerencial
 André Barreto Esmeraldo
 Maria Tereza Bezerra Farias Sales

Apoio Institucional
 Coordenadoria Administrativa-Financeira
 Assessoria de Desenvolvimento Institucional e Jurídica
 Coordenadoria de Políticas Ambientais
 Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social

Equipe Técnico Operacional
 Ana Cecy Braga Pontes
 Diana Odete Moura
 Gabriela Alves Gomes
 Thiago Dias



Bioma Caatinga



 **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**
 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente

 **GOVERNO DA Bahia**
 TERRA DE TODOS NÓS

 **FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**
 Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública.





■ Minuta do Decreto Estadual, que Dispõe Sobre o Zoneamento Ecológico-econômico do Bioma Caatinga e Serras Úmidas do Ceará

▣ O ZEE DO BIOMA CAATINGA E SERRAS ÚMIDAS DO CEARÁ

O Estado do Ceará, ao iniciar seu processo de zoneamento, optou por fazê-lo em face dos biomas presentes em seu território. Tanto é assim que o presente estudo se desenvolveu em razão do bioma caatinga e serras úmidas, mas já se sabe que a zona costeira foi objeto de estudo de zoneamento também.

A perspectiva, a partir da metodologia escolhida, tanto do ponto de vista técnico, como jurídico, é que todos os estudos contribuam para que o Estado do Ceará possa ter um zoneamento de todo o seu território, de forma sistematizada, harmônica e, sobretudo, eficiente.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Caatinga e Serras Úmidas do Ceará foi formulado em consonância com a metodologia prevista pelo Ministé-

rio do Meio Ambiente, a qual foi consolidada a partir de consulta pública, em que as diretrizes metodológicas foram debatidas durante diversos seminários nacionais e regionais e forneceram um padrão geral para os ZEE's, respeitando-se, entretanto, as especificidades locais, e que resultou no Decreto Federal nº 4.297/2002.

Considerando essencialmente a ecodinâmica da paisagem, o já mencionado ZEE cearense compreende 3 (três) tipos de unidades de intervenção:

- (a) áreas frágeis com ecodinâmica de ambientes fortemente instáveis;
- (b) áreas medianamente frágeis com ecodinâmica de ambientes de transição e;
- (c) áreas medianamente estáveis com ecodinâmica de ambientes estáveis.

Partindo da previsão oriunda do artigo 11, do Decreto 4.297/2002, "o ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável", foram previstas, no ZEE em comento, 05 (cinco) zonas, subdivididas em 19 (dezenove) subzonas, a seguir explicitadas, tomando como base os atributos dos sistemas ambientais, cada uma indicando a capacidade de suporte (potencialidades, limitações e ecodinâmica), os riscos de ocupação, as

estratégias de uso e as metas ambientais e cenários desejáveis. A seguir, apresenta-se a divisão das zonas:

- I – Zona de Preservação Ambiental;
- II – Zona de Proteção Paisagística e Cultural;
- III – Zona de Recuperação Ambiental;
- IV – Zona de Degradação Ambiental Configurada e de Recuperação Ambiental;
- V – Zonas de Uso Sustentável.

A minuta do Decreto em questão traz em anexo o Quadro Diagnóstico de cada zona com as diretrizes de seus usos (Anexo I), os Mapas de Zoneamento Geoambiental (Anexo II) e a Compartimentação Geoambiental com síntese das Categorias Espaciais de Ambientes Naturais (Anexo III).

Essa forma se apresenta como a melhor maneira do ponto de vista didático-normativo, em razão da grande quantidade de informações advindas do estudo, que impossibilitariam a conformação textual nos moldes estabelecidos para normas legais padrão.

Por fim, cumpre assinalar a importância do projeto para o desenvolvimento eficaz da Política de Controle Ambiental do Estado do Ceará, tendo em vista a grande quantidade de dados levantados sobre os biomas aqui estudados, tornando possível, a partir deste

ponto, correlacionar de maneira sistematizada as questões ambientais, sociais e econômicas, contribuindo para a construção de indicadores e estatísticas ambientais que se tornarão decisivos para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2003

*Institui o Dia Nacional da Caatinga,
e dá outras providências*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Caatinga, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano.

Art. 2º Caberá ao Ministério do Meio Ambiente fixar os programas e instruções para as comemorações do Dia Nacional da Caatinga.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.8.2003.

LEI Nº 13.965. DE 04.09.07 (D.O. DE 28.09.07)

Institui o Dia da Caatinga no âmbito do Estado do Ceará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Caatinga no Estado do Ceará, a ser comemorado no dia 28 do mês de abril, em conformidade com o Dia Nacional da Caatinga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de setembro de 2007.

Cid Ferreira Gomes

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Iniciativa: Deputado Cirilo Pimenta.

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Antonio Nóbrega Filho

Núcleo de Mobilização Política Social

COORDENAÇÃO:

Márcia Dias Soares
Ana Maria Vieira Braga
Flora Maria Teles Pinto
Germana Ellery Marinho Frota
Glaice Gonçalves de Lucena Filgueiras
Isabelle Campos Girão
Karla Costa Lima Sampaio
Liani Maria Braga Jacó
Milena Saraiva Leão
Sâmia Régia Figueiredo Vieira

Núcleo de Gestão / Memória

Ana Rita Rogério Maia
Érika Coutinho
Francisca de Fátima Lira
Marlene Guilherme Mindêllo
Marluce Studart Vieira
Marta Lêda Miranda Bezerra
Melissa Ester Nogueira Rodrigues

Revisão Ortográfica

Vânia Soares

Diagramação e Arte

Mário Giffoni
Carlos Alberto Alexandre Dantas

Gráfica do INESP

Equipe Gráfica

Ernandes do Carmo
Francisco de Moura
Hudson Barros
João Alfredo
Alberto Siqueira

Revisão

Vânia Rios

Projeto Gráfico e Capa

Carlos Alberto Alexandre Dantas

Av. Desembargador Moreira 2807

Dionísio Torres Fortaleza Ceará.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: 3277-3705

Fax: (0xx85) 3277-3707



Home page: www.al.ce.gov.br

E-mail: epovo@al.ce.gov.br



Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento
do Estado do Ceará

Home page: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br



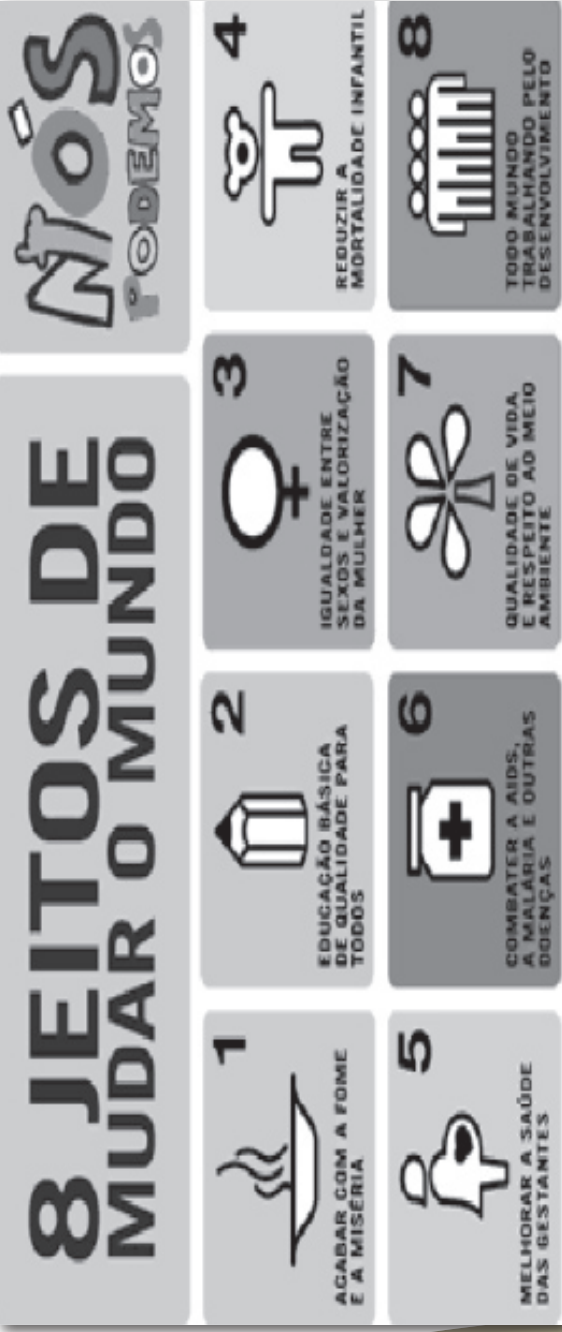
POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA ¹

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, **EU ME COMPROMETO** – em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

¹ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência. Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembleia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.

METAS DO MILÊNIO



Em 2000, as “8 Metas do Milênio” foram aprovadas por 191 países da ONU, em Novo Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiveram presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os 8 objetivos, especificados, até 2015.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de Alberto Nepomuceno

Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha - esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florir nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florir em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

